

Carta de intenções que precisa ser completada? **O discurso de Sarney e o bunker da Velha República**

As reações francamente positivas dos meios empresariais e econômicos ao discurso do presidente Sarney resultam, ao nosso ver, mais daquilo que não estava no discurso do que daquilo que ele realmente continha.

A verdade é que os empresários e todos aqueles que acompanham o dia-a-dia da economia com espírito realista, não por meio de binóculos ideológicos de qualquer espectro, estavam um tanto quanto apreensivos antes do discurso. Parecia a todos que o presidente da República, confessadamente pouco familiarizado com o que acontece na área de administração econômico-financeira e suas repercussões sobre o mundo dos negócios, tendia a dar ouvidos a correntes do seu governo cujo propósito principal não é bem o de recolocar nossa economia nos eixos, mas sim tirar o Brasil todo da via para a qual está vocacionado, que é a do desenvolvimento fundado na livre empresa e no pluralismo democrático de tipo ocidental.

Não se considera, evidentemente, que o presidente da República seja inexperiente e ingênuo, incapaz de distinguir entre os conselhos sensatos e lúcidos que recebe e aqueles emanados de convicções amadorísticas ou mal-intencionadas. Nada disso. A causa das apreensões é que sabemos todos da necessidade que ele tem de firmar-se politicamente, o que poderia inspirar-lhe excesso de concessões às correntes algo demagógicas que o cercam. Enfim, temia-se por uma dose superdimensionada de populismo e uma visão equivocada do tratamento de certos problemas críticos. Um discurso nessa linha certamente teria sido um desastre.

Foi um alívio, portanto, verificar que o conteúdo econômico-financeiro do pronunciamento, embora não entusiasmante e omisso em relação aos meios a serem utilizados para alcançar os objetivos colimados, está apenas correto no enfoque das questões que são consideradas essenciais.

Sabemos, por exemplo, que todos os presidentes da República deste país fizeram profissão de fé na livre empresa, e todos contribuíram, mais ou menos, para enfraquecê-la e fortalecer a estatização. De modo que não ficamos muito convencidos com a renovação dessa profissão de fé por parte do presidente Sarney. Mas a ênfase com que a fez exigiu certa dose de coragem, diante da mentalidade dos políticos que o cercam — o que, sem dúvida, é animador.

Além desse, notamos outros pontos nos quais o pensamento pessoal e a personalidade do presidente Sarney — seu modo de ver as coisas — se insinuam de maneira discreta, como para não levantar poeira em seu próprio quintal e não alimentar o assanhamento dos que querem vê-lo marchando apenas com o pé esquerdo.

Em seu discurso pessoal, por exemplo, ao dizer claramente que a "inflação é o pior inimigo da sociedade" afastando-se, pois, das correntes que tentam convencê-lo de que ela não tem muita importância, sendo preferível cuidar do crescimento (que num quadro inflacionário só pode ser tentado, é claro, pelo Estado). Do mesmo modo, e na mesma linha, predispõe-se a sanear as finanças governamentais, combatendo principalmente os gastos do governo: "Vamos conter o setor público" — proclama ele — "transformando a economia resultante em redução dos preços ao consumidor". Frase que significa o reconhecimento de que os desperdícios da máquina governamental são o fator mais importante do processo inflacionário, e não instrumento de promoção do crescimento, como insistem em pensar os interessados na ampliação do poder do Estado.

Deploramos apenas que, ao comentar a reversão das expectativas inflacionárias, o presidente tenha escorregado para o terreno do sofisma, como costumavam fazer outros governos, pois, ao apresentar uma tabela na qual se faz uma estimativa de 140% de inflação nos próximos 12 meses — com base na projeção para o ano da inflação trimestral —, ele nos diz que tais resultados "não foram obtidos com política antiinflacionária ortodoxa", mas não esclarece como foram obtidos. E sabemos todos que exatamente a maneira de conseguir o incipiente sucesso é que está trazendo incertezas sérias sobre o amanhã. Maior franqueza no tratamento desse tópico não teria feito mal.

Mas outro assunto delicado que em nossa opinião o presidente tratou adequadamente, e também aí deu um recado importante, foi o da negociação com os credores e com o FMI. Ficou claro o empenho em obter condições favoráveis e em não ceder a exigências descabidas ou inibidoras do nosso desenvolvimento. Mas também ficou perfeitamente claro o empenho em tratar o assunto pragmaticamente: "A dívida não é instrumento de luta ideológica" — foi a frase definidora. E, numa alusão aos que desejam que o Brasil embarque, sob a liderança do sr. Fidel Castro, num esquema de calote latino-americano, o presidente Sarney proclamou sua decisão de não permitir que sejamos caudatários de quem quer que seja nessa questão: "nem das grandes potências, nem dos pequenos conflitos". Recado obviamente dirigido ao recém-contratado porta-voz de Cuba no Brasil, o sr. Lula da Silva.

Um comentário final, necessário, é que se torna um pouco melancólico vivermos ainda numa situação em que um chefe de governo tenha de ser discreto e contido — embora claro e firme — ao externar seus próprios pontos de vista e seus compromissos com sensatez, e não tenha o mesmo tipo de preocupação quando se trata de repetir ou reproduzir as mesmices vazias da nossa vasta coletânea de clichês demagógicos, popularescos ou esquerdizantes.

Em outras palavras, é triste que um chefe de Estado tenha de ocupar parte substancial de pronunciamentos como esses a fazer barretadas oratórias a forças políticas estultas — numa busca equivocada de popularidade — e usar pouco do seu espaço e tempo para elucidar didaticamente a grande massa da população sobre os verdadeiros dilemas que enfrentamos e os caminhos que não poderemos deixar de percorrer para livrar-nos deles.

A verdade pede, acanhada, licença para apresentar-se, enquanto a mentira e a desinformação evoluem nas avenidas, praças e tribunas do País, cercadas de coortes de porta-bandeiras. Menos mal, no entanto, quando alguma verdade se apresenta. E foi o que o presidente Sarney conseguiu fazer. É necessário agora que complete essa carta de boas intenções com providências práticas.

O presidente José Sarney tem, a partir de agora, uma enorme responsabilidade: a de pôr em prática todas as idéias apresentadas em seu discurso desta última segunda-feira, quando fez uma importante profissão de fé em favor da iniciativa privada e da economia de mercado. Como de nada valem as melhores intenções quando elas não são acompanhadas por medidas destinadas a concretizá-las, o grande desafio que o chefe da Nação tem pela frente é o de eliminar a contradição entre a retórica da Nova República, de natureza liberal, e o estilo decisório centralizador e corporativista de alguns setores da máquina governamental, que em nada difere daquele existente ao tempo da Velha República.

A principal contradição está no campo da informática — o setor que, seguramente, reflete com maior clareza as pressões antidemocráticas oriundas do interior do próprio aparelho estatal. O foco dessa renitente resistência à democratização ampla, total e irrestrita das instituições é, evidentemente, a SEI — esse esdrúxulo bunker formado pela aliança entre militares de direita e parlamentares de tendência totalitária para, manipulando o desenvolvimento tecnológico do País, controlar indiretamente todo o processo econômico e político nacional.

Graças às suas amplas prerrogativas legais, a maioria delas conquistadas antes do advento da Nova República, a SEI continua interferindo no cotidiano do universo empresarial, submetendo-o ditatorialmente às suas regras absurdas e aos seus procedimentos pouco objetivos, além de interferir cada vez mais na liberdade de ação de cada empresário brasileiro. Afinal, no mundo de hoje não há nenhuma atividade social, econômica e mesmo cultural que não seja, direta ou indiretamente, afetada pela expansão da tecnologia. E a SEI, desprezando de maneira arrogante a democratização do País, cada vez mais vai envolvendo o governo Sarney, ampliando seu poder decisório no âmbito de um regime cuja linha ideológica, ao menos retoricamente, é privatizante e não estatizante.

Portanto, se o presidente da República não se dispuser a enfrentar com firmeza e decisão o foco da resistência antidemocrática, suas belas palavras desta última segunda-feira não produzirão efeito concreto algum. Enquanto existir uma agência cartorial investida de poderes quase divinos, em nome da garantia da "segurança nacional" e do zelo pela "soberania" do País, nada diferenciará, do ponto de vista de substância e conteúdo, a Velha e a Nova República. Dito de outro modo: o discurso presidencial é absolutamente incompatível com a existência da "reserva de mercado" no âmbito da informática e de uma política tecnológica de inspiração feudalizante.

No final da semana passada, por exemplo, no mesmo dia em que o presidente José Sarney gravou em vídeo-teipe sua profissão de fé em favor da iniciativa privada, os jornais publicavam novas informações a respeito do conflito travado dentro do próprio governo entre os ministros que exigem a democratização do processo decisório no campo tecnológico e os que defendem com unhas e dentes sua ditadura pessoal. Ao criticar duramente o decreto presidencial que concentrou nas mãos do presidente da República o poder de decidir arbitrariamente todas as questões relativas à informática, com a "assessoria" da SEI, o ministro Antônio Carlos Magalhães acusou esse órgão de haver esvaziado propositadamente o Conin, para expandir ilegalmente todos os seus mecanismos de controle das importações e assim invadir a esfera de outros ministérios. Em sua resposta, o ministro Renato Archer contra-argumentava, candidamente, que aquele decreto tem o objetivo de "democratizar" (sic) nossa política tecnológica.

Ora, não é preciso muito esforço para se perceber o quão nefasto é o comportamento da SEI, com sua intollerância e seu radicalismo, neste momento de transição para a democracia. Também não é preciso gastar muita tinta e papel para mostrar como ela é a principal beneficiária da verdadeira implosão do Conin — justamente quando os demais ministérios vinham utilizando esse órgão colegiado para procurar atenuar as consequências da "reserva de mercado". Por fim, não é necessário desperdiçar espaço para apontar o óbvio, isto é, os riscos de perda de credibilidade, autoridade e respeitabilidade de um governo que admite, em alguns setores estratégicos para a expansão da economia de mercado e para o aprimoramento das instituições, grupos antidemocráticos cuja audácia e presunção os levam a contradizer e a afrontar publicamente as próprias diretrizes do presidente da República.

O que se torna imperioso fazer desde já, isto sim, é ajudar o Palácio do Planalto a libertar-se da camisa-de-força do bunker da SEI. Afinal, a quem interessa manter o Brasil na idade da pedra lascada, em matéria de informática, a não ser aos inimigos de uma sociedade economicamente aberta e culturalmente amadurecida? Se é verdade que o desenvolvimento econômico está na dependência direta da melhoria qualitativa de nossos trabalhadores especializados, de que forma se conseguirá tal aprimoramento se todos estão proibidos de absorver o que há de mais moderno lá fora? Como o Brasil poderá dar o salto definitivo para o progresso se, invocando a defesa de uma falsa soberania, há no governo quem teime em mantê-lo distanciado e defasado dos países mais avançados?

Caso um novo Lévy-Strauss da era da informática venha ao Brasil, num futuro próximo, certamente se espantará com a defesa da tese do fechamento de fronteiras e da reserva de mercado justamente num momento em que as nações européias, lideradas pelo presidente François Mitterrand, estão propondo um programa multinacional, mediante um esforço conjunto de todos os governos da Europa Ocidental com a iniciativa privada, visando reduzir o gap tecnológico que as separa dos Estados Unidos e do Japão. Ao contrário do que vem ocorrendo nestes tristes trópicos, a Europa Ocidental está revelando que somente a abertura de suas fronteiras e a integração de seus mercados podem auxiliá-la a permanecer no mundo desenvolvido.

O projeto Eureka — nome dado ao programa multinacional advogado pelo presidente da França — ainda está longe de ser implantado e executado, por razões de ordem técnica e econômica. Mas sua simples articulação revela um desprezo pelos preconceitos ideológicos e a disposição de seus idealizadores de colaborar sem limitações no plano das relações econômicas internacionais — o que deveria ser tomado como exemplo pelas nossas autoridades, no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia e da SEI, para que não nos tornemos um país ainda mais submerso no lodo da presunção e da ignorância, da indigência cultural e do subdesenvolvimento econômico.